

# **Depois de junho de 2013 no Brasil: pensar as metrópoles entre redes e ruas, entre resíduos e intoxicações**

Clarissa Naback

*Doutora em Direito pela PUC-Rio*

## Introdução

Em um pequeno texto chamado *Dispositivo MetrÓpole*, Antônio Negri apresentava uma visão sobre a dimensão espacial da nova composição do trabalho (imaterial) e da classe (multidão)<sup>1</sup>. Com referência nas teses pós-modernas do arquiteto Rem Koolhaas, Negri identificava nas metrÓpoles - esses espaços da coexistência e sobreposição de singularidades contraditórias, que confundiam a ordem urbanística moderna e constituíam novas categorias híbridas, agindo enquanto uma máquina proliferante -, aquilo que passava a constituir não somente os novos centros de uma ordem capitalista imperial, mas também os lugares primordiais da produção e da resistência. A partir de um paralelismo, ele apresenta a hipótese de que assim como a fábrica havia se tornado para a classe operária seu *lÓcus* primordial de luta, a metrÓpole passava a constituir para a *multidão* o novo *chão* das atuais formas de *greve social*, que ocupavam os espaços públicos (ruas e praças).

De certa forma, as linhas de sua análise teórica, poderiam oferecer subsídios para a compreensão do que viria a ocorrer no Brasil em 2013. Aquilo que começou em abril como um protesto contra o aumento das passagens de ônibus em Porto Alegre - cidade que abrigara diversas vezes o Fórum Social Mundial -, foi o primeiro foco de contágio do que viria a ser a nossa greve metropolitana, que, já em junho do mesmo ano, paralisara as principais capitais do país. Apesar das múltiplas diferenças que caracterizam esse país quase continental, nesse momento, o megaevento esportivo da Copa do Mundo de 2014 criara um terreno comum de conflitos e experiências sociais, permitindo uma comunicação e compartilhamento de indignações que transmutavam a esfera local. Assim, as reivindicações por “passe livre” se metamorfoseavam em inúmeras outras

---

<sup>1</sup> Cf. Antonio Negri, *Dispositivo MetrÓpole. A multidão e a MetrÓpole*, *Revista Lugar Comum*, n. 25-26, pp. 201-208, 2008.

pautas sociais como saúde e educação, exigidos no “padrão Fifa”, até devir na recusa radical do paradigma “Barcelona”<sup>2</sup> de desenvolvimento urbano – *Não vai ter copa!*<sup>3</sup>.

Quase uma década depois de junho de 2013, restam poucos vestígios do *entusiasmo* desse acontecimento político. Os últimos eventos palacianos, seja a queda do Partido dos Trabalhadores com o impeachment de Dilma Rousseff (2016), seja a eleição do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro (2018), não podem, por si mesmos explicar o esfacelamento da *multidão*. Isto porque 2013 foi no Brasil um divisor de águas, de forma semelhante ao que Gilles Deleuze e Félix Guattari escreveram sobre maio de 68<sup>4</sup>. Nesse sentido, o enigma de um acontecimento não se dá apenas na ordem do arranjo político, porque envolve algo mais profundo e incontornável: metamorfoses no campo da subjetividade e da percepção, a partir da qual nada permanece mais o mesmo e quando aquilo que estava constituído se torna intolerável.

Não é nossa proposta redescrever junho de 2013 no Brasil, sobre o qual foram produzidas diversas análises, mais acuradas, interessantes e minuciosas<sup>5</sup>. Nossa preocupação está em tentar compreender aquilo que se tornou nosso dispositivo metrópole. No entanto, para compreendê-lo não é possível ignorar o acontecimento de 2013, em especial aquilo que ele traz como evidência: a relação entre redes e ruas, entre circulação e ocupação ou entre códigos e territórios<sup>6</sup>. É através dessa dinâmica que pretendemos cartografar algumas linhas que compuseram nossa experiência metropolitana, tomando o caso do Rio de Janeiro como principal objeto análise.

## 1. O dispositivo metrópole no Brasil – uma retrospectiva

---

<sup>2</sup> Relacionado ao paradigma das Olimpíadas de Barcelona de 1992, quando se passou utilizar tal megaevento esportivo como alavanca de um “planejamento estratégico” que traria benefícios e investimentos (público e privados) para o desenvolvimento da cidade em um curto tempo.

<sup>3</sup> Grito de ordem proferido durante as manifestações que tomaram as ruas das principais capitais do país.

<sup>4</sup> Cf. Gilles Deleuze, Félix Guattari, Maio de 68 não ocorreu, *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência*, 1º quadrimestre de 2015, vol. 8, nº 1, pp.119-121

<sup>5</sup> Cf. Giuseppe Cocco, Bruno Cava (org.), *Amanhã vai ser maior*, São Paulo: Annablume, 2014; Alexandre Mendes, *Vertigens de Junho e a insistência de uma nova percepção*, Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

<sup>6</sup> Cf. Gilles Deleuze, Claire Parnet, *Diálogos*, São Paulo: Escuta, 1998.

Se a metrópole é aquilo que possui uma forma maquínica, isto é, uma desmedida que se movimenta para além das técnicas do planejamento e constitui novas categorias, no Brasil tal dispositivo esteve diretamente relacionado a tudo aquilo que tentou se estabelecer enquanto “desenvolvimento”. Este enunciado, que organizara no pós-guerra as teorias de modernização e as fórmulas de crescimento econômico para os países subdesenvolvidos, fora colocado em xeque pelo próprio processo de urbanização estabelecido. A monstruosidade da cidade e sua densidade não foi completamente absorvida pela lógica industrial-formal – emprego, poupança e habitação –, desdobrando-se em outras dinâmicas não tão retilíneas ou disciplinares. As favelas e o circuito econômico informal foram então denunciados como problemas e para onde se empurrou a ideia de marginalidade, usada para categorizar essa massa de indivíduos que não se enquadravam nas utopias modernas.

Há, porém, uma virada a partir da década de 1970. Enquanto Rem Koolhaas construía sua crítica ao modernismo (europeu), apontando que era no urbanismo liberalizante e pragmático de Manhattan onde poderíamos apreender as inúmeras camadas que constituem a modernidade, na América Latina abandonava-se gradualmente os preceitos do funcionalismo lecourbesiano, para se traçar uma outra percepção sobre a cidade. Primeiro porque assistíamos aqui uma explosão da malha metropolitana, irrompendo e confundindo os planejadores e burocratas em todas as direções (econômicas, sociais, políticas, culturais etc.). Segundo porque os tais problemas urbanos (favelas e o setor informal) deixavam de ser tratados como meras disfunções sociais pré-modernas, para serem compreendidos como as condições econômicas e de habitação que permitiam o funcionamento de um sistema onde a forma da burocracia ou da indústria nunca alcançaram uma totalização social. Algumas vezes, de forma mais otimista, identificava-se ali as possibilidades, a criatividade e potencialidades de trabalho e produção de renda, a partir da precariedade. De uma maneira ou de outra, vimos perder força uma visão disciplinar, de um antigo urbanismo com pretensões demiúrgicas, para ganhar espaço uma abordagem pragmática, que tentava ser mais plural e dar conta de situação fragmentada, heterogênea e extremamente desigual.

Para compreender melhor vejamos o caso do Rio de Janeiro. Na década de 1990 se estruturava outra formulação para as políticas sociais urbanas, deixando de lado o reassentamento em massa e forçado dos moradores de favela para conjuntos habitacionais monolíticos. Em lugar disso, passava-se priorizar as chamadas políticas de urbanização, que consistiam na implementação de equipamentos e melhorias na infraestrutura no próprio assentamento informal. Falava-se também em novas formas de zoneamento, de instrumentos fundiários mais “flexíveis” e em regularização fundiária de assentamentos precários - esta defendida nos fóruns internacionais, como forma de trazer maior segurança jurídica da posse ou mesmo permitir que os moradores, agora proprietários, pudessem se inserir no circuito econômico e financeiro (formal). Além disso, pensava-se na própria formalização de seu comércio e dos serviços públicos; ao passo que se almejava a abertura do mercado dos assentamentos precários para marcas, grandes cadeias de lojas, franquias e instituições financeiras.

Vale mencionar que esse novo campo de formulação de políticas urbanas integrava uma transformação maior da relação entre Estado e sociedade, dentro de um processo de reconstrução de um Estado de direito e descentralização do poder. Isso foi visto através de um novo pacto republicano e federativo com a nova Constituição de 1988 que conferia novamente relevância e autonomia à governança de nível regional e local; por meio de um amplo programa de desestatização, envolvendo a privatização de empresas públicas ou a concessão da prestação de serviços à iniciativa privada; no âmbito regulatório, com a criação e fortalecimento de instituições e agências autônomas para o controle fiscal e a execução desses serviços; ou mesmo, no âmbito democrático, com construção de canais de participação da sociedade civil na formulação e monitoramento das políticas urbanas. Também não se abandonara completamente o campo do planejamento urbano, mas esse era composto também por diferentes modalidades (Plano Diretor, planejamento estratégico, plano metropolitano etc.) junto a uma pletora de intervenções setoriais heterogêneas.

No plano territorial, naquilo que não diz respeito apenas às configurações institucionais nem aos códigos burocráticos de planejamento, o que se assistiu foi o

desdobramento de duas linhas. A primeira linha, que chamarei de paroquial, está diretamente relacionada a esse novo circuito regulatório de desenvolvimento urbano. Trata-se da configuração de uma gama de ações sociais realizadas por movimentos, pastorais sociais da Igreja Católica e, principalmente, por ONGs com apoio de instituições públicas ou financeiras, locais ou internacionais. Tais organizações atuam no âmbito mais local (bairro e comunidades), prestando serviços, informações e mediações dos moradores com o poder público. A formação dessa linha é oriunda diretamente do processo de redemocratização do país, quando houve uma proliferação de mobilizações que atuavam com demandas do cotidiano e por uma gramática de direitos, que acabaram por reinventar um terreno de cidadania, ainda durante o regime militar. Após a nova constituição da república (1988) e com uma nova configuração institucional, essas organizações se firmaram enquanto importantes atores políticos, possuindo certa penetração em diferentes espaços sociais, sobretudo os mais pobres e periféricos.

A segunda linha, porém, está relacionada a um campo mais complexo e desafiante para as pretensões regulatórias. Ela envolve a configuração de outras formas de territorialidades, estabelecidas pela dinâmica da guerra. Estamos falando não só da consolidação de um tráfico de drogas altamente armado e dividido que se tornou presente, desde a década de 1980 nas cidades dos países latino-americanos; mas também de outros aparatos paramilitares que foram se forjando dentro desse contexto de *guerra urbana*. Se o mercado de drogas envolvia uma série de práticas de predação como a pilhagem e domínio territorial dos seus pontos de venda, além da espoliação de parte de seu lucro pela polícia, a partir da década de 2000 tal dinâmica predatória será reproduzida em um outro circuito econômico mafioso exercidos por grupos milicianos, ligados aos aparelhos de segurança do Estado. Esse circuito consiste na cobrança clandestina de taxas de segurança e no controle da prestação de certos serviços (gás, televisão e internet), através da apropriação ilegal de algumas infraestruturas (cabos de luz e de internet) além da quebra da concorrência pelo uso da força<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Cf. Giuseppe Cooco, *Guerras Moleculares, Pandemias, Catástrofes: a genealogia do governo Bolsonaro*, *Lugar Comum*, n. 57, abril de 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/41416>.

Em outras palavras, o que assistimos é um duplo movimento entre regulação e violência. De um lado, a tentativa de estruturação de uma biopolítica urbana através da implementação de políticas sociais (moradia, saneamento, saúde, transporte) sob um novo plano regulatório e com base em uma gramática de direitos e na cooperação institucional, que incluía, além do Estado, setores privados e organizações sociais. De outro, ocorre a consolidação de uma dinâmica necropolítica – tomando de empréstimo o conceito de Achille Mbembe – em que o dispositivo da guerra se generaliza em confrontos armados, promovidos no âmbito do mercado da adição ou da constituição de máfias paramilitares, gerando uma economia que crescem de lado-a-lado com a ameaça à vida, sobretudo da população negra e mais pobre<sup>8</sup>. Dentro desse quebra-cabeça governamental, permanece o enigma: a necropolítica está contida no próprio âmago da biopolítica global ou, ao contrário, ela lhe é antagônica?

Deixemos a discussão sobre sua origem para encararmos os processos. Se a partir da década de 1970 abandonáramos as utopias modernistas, no Rio de Janeiro, ainda mantínhamos nossas máquinas de planejamento – agora se dizendo estratégico - e procurávamos projetos alheios para ressuscitar o velho e bom enunciado “desenvolvimento”. Buscou-se na fórmula “Barcelona 1992” o nosso espelho do progresso. A ideia era utilizar megaeventos esportivos como mecanismos de atração de recursos, para revigorar o Rio no circuito de “cidades globais”. Desde 1990, governantes lançavam seus projetos nessa direção, até que na década de 2000 conseguimos ser eleitos para sediar os jogos Pan-Americanos de 2007 e, na sequência, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Os economistas e *policy makers* ficaram fervorosos: falava-se em “virada” econômica e em “legado olímpico”; em dinamização do turismo, do setor cultural e da economia criativa; em formalização do setor de serviços nas favelas e retomada dos territórios dominados pelo tráfico de drogas armado; em sustentabilidade fiscal e ambiental. Tudo em vão: já em 2015, a queda do preço dos commodities de petróleo – uma das principais fontes de receita da região - se somava à instabilidade

---

<sup>8</sup> Cf. Achille Mbembe, *Necropolítica*, São Paulo: n-1, 2018.

política (inúmeras denúncias de corrupção) e criava um espiral de crises econômicas e fiscais.

Como entender tal desmoronamento? O que ocorrera na esteira da preparação desses eventos era, por cima, uma relação público-privado corrupta, entre políticos, empreiteiras e outras empresas privadas, enfiando goela a baixo os piores e mais caros projetos urbanos e serviços públicos, com repercussões no aumento de tarifas e do custo de vida; por baixo, a manutenção de mecanismos ostensivos de controle sobre a população, através de um enorme aparato policial; tudo isso com uma campanha vigorosa e cínica de que o legado chegaria depois das Olimpíadas de 2016. O cenário era, porém, de uma panela de pressão e, em 2013, as greves metropolitanas escancararam essa situação.

No entanto, com o esgotamento desse ciclo de investimentos sem retorno econômico e um desgaste institucional devido à crise fiscal e de legitimidade, o que se assistiu foi, além da manutenção de um cenário conflagrado pelas guerras urbanas, um avanço das milícias sobre os aparelhos do Estado, que ampliaram seu domínio em diferentes espaços da cidade. A metrópole passava por um processo de fragmentação territorial, não mais determinada pelos códigos de planejamento ou pelos dispositivos de regulação, mas por práticas de predação (*circunscrição e dominação* de territórios urbanos), dentro de um contexto já extremamente cindido por questões de classe (pobreza) e raça (racismo).

## 2 – Depois de 2013 – resíduos e intoxicações

Diante desse contexto disruptivo e instável, nossa questão se altera: em vez de *como funciona* nos perguntamos se ainda é possível falar em *dispositivo metrópole*? Na paisagem urbana, o abandono dos equipamentos urbanos e de alguns edifícios, construídos no bojo dos investimentos de preparação dos megaeventos, ajudava a criar uma sensação geral de



ruína e de distopia urbana. Havia uma virada na atmosfera de otimista e eufórica para um pessimismo e melancolia<sup>9</sup>.

Um mal estar semelhante é o que encontramos no texto *Junkspace* (espaço-lixo) de Rem Koolhaas<sup>10</sup>. Em seus trabalhos anteriores, sua reflexão sobre a singularidade da condição urbana pós-moderna, como a escala (*bigness*) ou a constituição de uma cultura metropolitana híbrida e globalizada (*cidade genérica*), apreendia positivamente o embaralhar dos termos do urbanismos e da identidade histórica da cidade, que terminava por liberar um campo criativo de forças. Agora, em um texto corrido, composto por intermináveis oximoros e em tom de lamento<sup>11</sup>, ele destaca os resíduos dessa modernidade, em que um acúmulo de imagens idiossincráticas entra em paroxismo, a fragmentação se torna indiscernível e há uma quebra generalizada de sentidos:

O espaço-lixo é o que resta depois da modernização seguir o seu curso, ou mais concretamente o que se coagula enquanto a modernização está em marcha, o seu resíduo [...] A continuidade é a essência do espaço-lixo; este aproveita qualquer invento que permita a expansão, revela uma infraestrutura ininterrupta: escadas rolantes, ar condicionado, aspersores, portas corta-fogo, cortinas de ar quente [...] O espaço-lixo é selado, mantém-se unido não pela estrutura mas pela pele, como uma bolha [...] suprime as distinções, corrói a determinação e confunde a intenção com a realização; substitui a hierarquia pela acumulação, a composição pela adição. Mais e mais, mais é mais. [...] É um império emaranhado de confusão que funde o elevado com o mesquinho, o público com o privado, o direito com o torcido, o

---

<sup>9</sup> Cf. Szaniecki, Naback, Moreira, Élections municipales de Rio, ce que disent les urnes, ce que disent les ruines, *Vacarme*, 2016

<sup>10</sup> Rem Koolhaas, Três textos sobre cidade: Bigness, A cidade genérica e Espaço-lixo (edição Kindle), São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

<sup>11</sup> Cf GORELIK, Adrián. “Arquitetura e Capitalismo: os usos de Nova York”. Prefácio de Nova York Delirante. São Paulo: Cosac Naify, 2008, pp.20-21.

saciado com o esfomeado para fornecer um mosaico ininterrupto do permanente desconexo.

O espaço-lixo parece desestabilizar a metrópole não pelo seu disciplinamento, mas pelo seu excesso/acúmulo. Ele irrompe as escalas porque é produzido pelas infraestruturas (redes, tubos, escadas-rolantes, ar-condicionado etc.); porque transpassa o edifício e abrange aquilo que lhe é residual (detritos, lixos); ou porque ultrapassa o âmbito territorial para se imiscuir no fluxo imagético e informacional. No entanto, sua forma, também maquínica e onipresente, não envolve mais uma liberalização de forças, mas ao contrário sua homogeneização, captura e esvaziamento – “A regurgitação é a nova criatividade; em vez da criação, veneramos, apreciamos e adotamos a manipulação...”<sup>12</sup>.

Hal Foster pontua que *Junkspace*, escrito em 2001 depois do 11 de setembro, é, em alguma medida, a expressão da implosão do pós-moderno que veio a se evidenciar na crise financeira de 2008<sup>13</sup>. E, curiosamente, posteriormente ocorrerá também uma dobra no discurso sobre “cidades globais”. Em recente obra organizada por Saskia Sassen e Mary Kaldor, a guerra e a insegurança passam também a ser vetores de análise sobre o fenômeno urbano globalizado, até então tomado sob o prisma das transformações econômicas, culturais e tecnológicas<sup>14</sup>. Tudo isso parece nos remeter ao Rio de Janeiro de onde, dos resíduos dos projetos olímpicos, sobraram apenas ruínas, armas, manifestações religiosas e carnavais, que lançam a população a uma onda inebriante de sua crise generalizada.

Isso tudo, porém, é muito diferente daquilo que vivenciáramos em 2013. Naquela época, ao mesmo tempo em que havia uma forte indignação, havia um *entusiasmo* e vitalidade característicos desses raros momentos que marcam um *acontecimento*. Junho de 2013 questionara algumas segmentaridades produzidas sobre a cidade: a tensão entre a rede de transporte (precária e cara) e a mobilidade (capacidade de circulação na cidade)

<sup>12</sup> Rem Koolhaas, *Espaço-lixo*, Três textos sobre cidade: Bigness, A cidade genérica e Espaço-lixo (edição Kindle), São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

<sup>13</sup> Hal Foster, *Preface*, *Junkspace* with Running Room, Notting Hill Editions.

<sup>14</sup> Cf. Saskia Sassen Mary Kaldor *Cities at war, Global Insecurity and Urban Resistance*, Columbia University Press, 2020.

e, conseqüentemente, entre centro e periferia; a tensão entre polícia e sociedade, seja nas respostas violentas aos protestos, seja em razão das políticas de segurança sobre as favelas, que deslizam entre a pacificação (polícia-cidadã) e o extermínio (casos de execução e chacina)<sup>15</sup>; a tensão entre corrupção e democracia, que resvalavam não só no aumento das tarifas e em uma crise fiscal, mas também na imposição de projetos urbanos megalomaníacos em conflito direto com as comunidades, os movimentos e seus direitos sociais/ambientais; a tensão global-local, decorrente da promoção de enormes e descontextualizados projetos internacionais (o padrão Fifa), em completo descompasso com a realidade socioeconômica da cidade.

No entanto, o levante não se reduziu à revolta contra o poder estabelecido; envolvia também a constituição de um terreno cidadão, de um tecido de relações no interior da sociedade e da constituição de pautas comuns que recusavam os cercadinhos partidários e sindicais. Na esteira do que ocorrera na primavera árabe, sua forma de ação era uma articulação entre a ocupação de praças e ruas e a mobilização das redes sociais, em especial o facebook, criando esse espaço transversal de ação-comunicação – *Isso aqui vai virar a Turquia!*<sup>16</sup> E tal entrelaçamento entre redes e ruas deixava de ser uma dinâmica restrita do ativismo, para superar as relações paroquiais e conquistar toda sociedade.

Não é fácil explicar por que e como todo esse entusiasmo foi dissipado. A falência dos megaeventos enquanto projetos de desenvolvimento, as crises econômico-fiscais, as denúncias de corrupção ou mesmo a expansão da economia miliciana são aspectos que justificariam e motivariam o prolongamento da revolta. No entanto, para entender o pós-junho 2013 é preciso levar em consideração a quebra desse agenciamento entre ruas-

---

<sup>15</sup> Um evento emblemático no curso dos protestos de 2013, foi a campanha por justiça no caso de morte e desaparecimento de Amarildo, morador da favela Maré do Rio de Janeiro. Cf. Szaniecki, Bárbara *Maré Amarildo: o amor e arte*, Amanhã vai ser maior, 2014.

<sup>16</sup> Grito de protesto durante as manifestações de 2013, que ocorriam concomitantemente ao movimento de ocupação da praça na Taskin (Istambul na Turquia) contra o projeto de construção de um shopping center naquele espaço. Para uma melhor compreensão sobre a circulação de conteúdo e mídia entre manifestações e levantes de distintos países ver De Soto, Pablo et. Al, *De Istambul ao Rio de Janeiro, as lutas pelo comum nas cidades rebeldes*, In: Cocco, Cava (org.) Amanhã vai ser maior, São Paulo, Annablume, 2014.

redes, ou melhor, ter em mente não só às questões urbano-territoriais, sua composição ou fragmentação, mas os códigos que organizam nosso campo de percepção-ação.

Assim, se as palavras de ordem de 2013 estavam diretamente relacionadas ao dispositivo metrópole, nos anos seguintes assistiremos uma transformação dos agenciamentos coletivos, com o predomínio, por um lado, de pautas identitárias ligadas aos movimentos de minorias (mulheres, negros e lgbs), que construía um terreno político disjuntivo – a proliferação de categorias que produzem a identificação dos indivíduos através de distinções, triagens, des-associações e mecanismos de fixação e demarcação de grupos sociais. Por outro, por batalhas ideológicas entre direita e esquerda, que passam a compor uma disputa também identitária, mas extremamente polarizada. O que muda não é o surgimento de tais composições – todas essas pautas e práticas já existiam sobre o cenário político -, mas sim suas formas e performances. Quem, antecipadamente, compreendeu o que estava por vir foi o músico Tom Zé: após críticas a sua participação em uma propaganda da Coca-Cola, ele lança em 2013 a canção “Tribunal do Feicebuqui”, para parodiar a dinâmica entre vítima-acusado-promotor-testemunha que via germinar nas redes. Mais tarde, a chamada *cancel culture* iria dar continuidade a esses grandes julgamentos morais produzidos nas redes, mas que no lugar de instaurar um “procedimento acusatório”, no estilo jurídico moderno, agiria mesmo através da forma arcaica do *banimento*.

Além da circulação do código do tribunal nas redes, víamos também surgir novas trincheiras políticas diretamente organizadas em torno das eleições. Desde 2014, as campanhas eleitorais passam a pautar nossas condutas, não apenas com seus marketings e slogans, nem como simples disputas partidárias, mas como verdadeiras batalhas ideológicas, decisivas entre a “redenção” ou o “apocalipse”. Cruzadas morais circularam na mesma intensidade que surgiram *bandos* desferindo ameaças e difamando indivíduos que ousassem contrariar suas crenças e posições políticas. O ápice dessa saturação de signos, em que as palavras e hashtags eram tomadas como carga moral e sentidos absolutos, foram as eleições de 2018 quando tudo poderia ser subsumido e organizado a

partir de grandes significantes personificados (Lula e Bolsonaro), desacoplados completamente das condutas (ético-políticas) de seus líderes.

Como um vírus, essas categoriais povoaram nossas mentes. Não conseguimos pensar em mais nada e perdemos toda capacidade de imaginação política. Ao mesmo tempo, o código da *guerra*, naquilo que configura como políticas da inimizade, como a estruturação de trincheiras, transpassava as circunscrições do tráfico de drogas (disputado por diferentes facções) para invadir as redes sociais e, por elas, circular nas igrejas, nas famílias, em núcleos de amigos etc., cindindo tais espaços em grandes batalhas morais em torno da desinformação e pelo domínio da *verdade* (crença).

Nesse sentido, o espaço-lixo, do acúmulo e regurgitação da modernidade, se tornava correlato à economia da adição (mais e mais, mais é mais). Aqui, inevitavelmente, traçamos um paralelo entre o *junkspace* de Rem Koolhaas e o *Almoço Nu* de William Burroughs. Através de técnicas de *cut up*, Burroughs na década de 1960 havia construído um romance fragmentado e disruptivo, em que os espaços da narrativa eram constituídos por zonas, superfícies ou membranas, por onde correm fluídos (corporais), signos e imagens. Entre as obras, o que apreendemos é uma dimensão dos fluxos, das trocas, da infraestrutura ou da interface que se sobrepõe ao edifício, ao território, ao plano e ao traçado, como aquilo que Samuel Beckett havia descrito sobre *Almoço Nu* – This is not a writing. It's a plumbing!

Entretanto, interessa-nos entender essa condição *junk* empregada por Burroughs. Ao descrever a teia de relações que envolve um adicto em heroína, o escritor americano acaba traçando o sentido da economia da adição, cuja a mercadoria é a produção da própria dependência – não se vende a droga ao consumidor, mas o consumidor a droga!<sup>17</sup> Na composição do mercado de drogas, na trama entre produtor-trafficante-usuário-policial, a toxicidade ultrapassa o consumo em si do entorpecente, para circular entre esses diferentes sujeitos que não conseguem se livrar das relações constituídas em torno do

---

<sup>17</sup> Cf Burroughs, *Almoço Nu*, São Paulo, Companhia das Letras, 1ª ed. 2

comércio de drogas, porque se encontram subjetivamente vinculados a elas – em *Almoço Nu*, o policial também se torna adicto da própria caça ao usuário.

Mesmo impasse nos coloca a todo o agenciamento que havia descrito sobre as redes pós-junho 2013. Há um enjoo generalizado, uma ingestão das palavras, uma intoxicação das imagens. Se ninguém aguenta mais os códigos dos tribunais morais ou das trincheiras políticas, ninguém também consegue se abster das redes. O mal-estar não é gerado apenas pelo uso ininterrupto das tecnologias, mas pela própria dependência; não se trata de uma questão de vontade – estar ou não nas redes – consiste, ao contrário, na trama que estrutura nossas relações e formas de subjetivação. É nelas que ocorrem os processos de identificação e identidade; onde fazemos circular as palavras; onde organizamos e traçamos nossas ações; onde constituímos nossa percepção. Somos o produtor, o usuário, o traficante e o policial (caçador) do conteúdo.

De uma parte, o pós-junho de 2013 é a metamorfose da greve metropolitana para o agenciamento *junk* das redes sociais. De outra parte, é a desestabilização do dispositivo metrópole pela economia da predação ou pelo espaço-lixo dos projetos de desenvolvimento (os resíduo e detritos de seu acúmulo). Entre guerras urbanas e guerras culturais, nos colocamos no impasse indiscernível: é possível reconstruir um espaço comum ou uma biopolítica entre os códigos-territórios atualmente estabelecidos?

### Impressões

Este ensaio sobre o dispositivo metrópole traz uma retrospectiva das linhas políticas desdobradas na ressaca de junho de 2013. Diante de uma realidade de intensa fragmentação (dos territórios, dos sentidos), de uma economia social violenta (pedaço sobre os serviços ou a guerra das palavras), o desafio que nos envolve incide sobre o campo da ética. O *como* recompor nossas relações sociais, nosso terreno de cooperação ou nossas formas de gestão, envolve também as condições de criar novos campos de percepção, construir novas categoriais e repensar outras composições entre códigos e territórios.

Nesse sentido, o trabalho de cartografia pode ser uma ferramenta importante. Cartografar serve não só para demarcar as fronteiras, circunscrições e signos do poder estabelecidos (força e lei), mas identificar e tornar visível as linhas menores que se contrapõem a todo esse circuito. No horizonte, há algumas iniciativas que costumam criar *links*, ou pontes sociais. Por exemplo o projeto *Mapa Corona nas Periferias*, produzido em 2020 pelo grupo Favela em Pauta em parceria com o Instituto Marielle Franco, conseguiu potencializar a teia de relações envolvendo as doações de alimento durante os primeiros meses de pandemia, conectando o doador ao distribuidor e beneficiário da doação e construindo, assim, uma plataforma de cooperação<sup>18</sup>. Outra experiência nessa direção foi o projeto *Wikifavelas*, inserido na plataforma Wikipédia, que busca construir uma lista de verbetes relacionados às periferias e favelas, compondo um outro mosaico de palavras de modo a rearticular a produção de enunciados e a produção da cidade<sup>19</sup>. Ambos trabalhos são interessantes por se inserirem exatamente nessa dinâmica incontornável entre redes e territórios.

Diante do *junkspace* outra imagem que nos vem com força é a do catador. Se precisamos conviver com os resíduos ou os detritos da nossa acumulação e adição, precisamos também ter a capacidade de reaproveitar, reinventar e recombina os fragmentos daquilo que produzimos; de triar, reciclar e deglutir nossos espaços e enunciados por dentro dos dispositivos que nos constituímos.

---

<sup>18</sup> Cf. Mapa disponível em: < <https://www.brasis.org/mapa>>. Entrevista realizada com um dos realizadores, Renato Silva: < <http://www.direitoespaco.com.br/>>

<sup>19</sup> Cf. Dicionário disponível em: < <https://wikifavelas.com.br/>>.